

Esclarecimentos às mais Frequentes Questões Levantadas sobre o Processo de Criação do Parque Nacional Altos da Mantiqueira

INSTITUTO OIKOS DE AGROECOLOGIA
WWW.INSTITUTOOIKOS.ORG.BR

O **GT Mantiqueira** é um grupo de trabalho criado por iniciativa das prefeituras, dentro do processo de Consultas Públicas para a criação do Parque Nacional Altos da Mantiqueira. O GT foi instituído oficialmente em reunião realizada no dia 12 de março de 2010, em Guaratinguetá e, reconhecido pelo ICMBio em documento oficial assinado pelo presidente do órgão, Sr. Rômulo de Mello (doc. ICMBio nº 80810 de 23 de março 2010).

Fazem parte do GT representantes e técnicos das prefeituras dos municípios afetados pela proposta, sindicatos rurais, ONGs, proprietários rurais e consultores contratados.

O objetivo do GT é avaliar a proposta do Parque Altos da Mantiqueira e elaborar uma contra-proposta de perímetro ou de categoria, ou ambos. O trabalho do GT será regido, segundo sua consultora Maria José Zakia, pelos seguintes critérios:

- a) ênfase na proteção integral da área, uma vez que a área em estudo já é uma APA Federal;
- b) garantia de menor impacto socioeconômico aos municípios, especialmente no que se refere aos pequenos proprietários rurais (aqueles com até 4 módulos fiscais);
- c) garantia do mecanismo de preservação em terras privadas aos proprietários que assim o desejarem, dando a possibilidade de criação de RPPNs.

Na 2ª e última reunião do GT, realizada em 30 de março, observou-se que os dois principais argumentos daqueles que são contrários ao Parque, a saber: **1) falta de informação sobre a região** e **2) falta de participação**, são argumentos que não condizem com a realidade. A verificação dessa afirmativa será demonstrada ao longo

deste documento, onde estão registradas as muitas reuniões e esforços de esclarecimento e diálogo, criados ao longo do processo, até a presente data.

No dia 30 de março, atendendo a uma solicitação do ICMBio, o Instituto Oikos (organização membro da Força-Tarefa Mantiqueira) apresentou as informações e os estudos que embasaram a proposta de criação do parque. Ficou flagrante que são bem extensos e detalhados.

São muitos os documentos que dão suporte técnico-científico e justificam a criação do Parque Altos da Mantiqueira. Uma síntese deles é a proposta que está no site do ICMBio (www.icmbio.gov.br / Consultas Públicas), com mais de 100 páginas, anexos, mapas e documentação fotográfica, além de um levantamento socioeconômico dos municípios afetados pela proposta do parque.

O conhecimento da região do parque, construído ao longo de mais 3 anos, inclui um banco de dados bibliográficos com mais de 120 referências, sendo 34 artigos científicos, 7 dissertações de mestrado, 7 teses de doutorado, 1 monografia, 29 relatórios técnicos e relatórios de programas e de projetos governamentais, Planos de Bacias, estudos para definição de Áreas Prioritárias Para Conservação (PROBIO/MMA), Levantamentos do Projeto BIOTA FAPESP, ATLAS DE BIODIVERSIDADE DE MINAS GERAIS, mapeamentos e relatórios da BIRD LIFE INTERNATIONAL, além de um SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRAFICAS (SIG), criado especialmente para apoiar o projeto de criação do Parque Altos da Mantiqueira e o Mosaico de UCs da Serra da Mantiqueira.

Na mesma apresentação do Instituto Oikos, foram mostrados os mapeamentos produzidos a partir de imagem recente de alta resolução, datada de 2009 sendo: Mapas de Declividade, Mapa das Áreas de Preservação Permanente - APPs, Mapa da Ocupação do Solo e Fundiário Expedido, assim como a atualização de mapas de Vegetação e Cobertura da Terra.

Foi ainda apresentado pelo OIKOS, o mapa recentemente produzido pelo Centro de Ciências do Sistema Terrestre/INPE, sob a coordenação do professor Doutor Antônio Donato Nobre, pesquisador titular do INPE e do Instituto de Pesquisas da Amazônia

(INPA). O mapa identifica as áreas com suscetibilidade física a deslizamentos e inundações e registra que “*98,1 % da área proposta para o Parque Nacional Altos da Mantiqueira tem algum tipo de risco físico natural para atividades humanas, com 89,75% da área apresentando riscos altos de deslizamentos ou inundações*”, segundo atesta a equipe do professor Nobre, como conclusão técnica do estudo para a região da área proposta para o Parque Altos da Mantiqueira.

Existem estudos referenciados na proposta que tratam da biogeografia de onças pardas na região, estudos sistemáticos com populações de macacos muriquis (maior primata brasileiro e ameaçado de extinção), estudos da flora andina remanescente da última era glacial e ainda presente nos campos de altitude, estudos dos remanescentes de Floresta com Araucária (ecossistema praticamente extinto no país).

Existem também levantamentos de répteis, borboletas, estudos da paisagem, estudos de geomorfologia e geologia regional, estudos de avifauna, identificação de espécies endêmicas dos campos de altitude da Serra (no Planeta todo só existem nesta região específica), e outros diagnósticos e levantamentos de biodiversidade.

No campo institucional, é importante ressaltar que o ICMBio não está sozinho no desafio de criar este Parque Nacional. Vinte e nove - 29 instituições apóiam o ICMBio nesta tarefa, dentre elas a SOS Mata Atlântica, a Conservação Internacional, o Instituto Florestal –SP, a Fundação Florestal de SP, a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, o Instituto Estadual de Florestas/MG, a Comissão de Montanhas da UICN, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, o Depto. de Botânica da Unicamp, a The Nature Conservancy - TNC, o Instituto Oikos de Agroecologia, além de pesquisadores reconhecidos, autoridades científicas, pessoas com notório serviço à causa ambiental, autoridades públicas e outros, o que pode ser verificado no site do ICMBio, acima mencionado. E é justamente este grupo, denominado **Força-Tarefa Mantiqueira** que possibilita que tanta informação tenha sido coletada e produzida para esta região.

Quanto à falta de envolvimento das esferas locais da qual o ICMBio tem sido frequentemente acusado, é preciso que se reconheça o que segue: *a proposta do*

Parque tem sido apresentada e negociada com quem de fato será afetado: os produtores rurais, os proprietários das terras e as prefeituras.

O Instituto Oikos apresentou naquela mesma reunião do dia 30 de março, resultados do trabalho que se estendeu por 12 comunidades e 8 bairros rurais, envolvendo mais de 90 proprietários no município de Guaratinguetá. Este mesmo modelo de levantamento está sendo realizado em outros municípios, como Marmelópolis. Neste município a iniciativa é do próprio Prefeito, dentro do contexto do GT MANTIQUEIRA, enquanto que em Guaratinguetá, a iniciativa partiu de lideranças comunitárias, que buscaram a informação sobre os limites do parque e redesenharam a proposta, basicamente retirando as áreas produtivas de dentro dos limites do parque. Estes são dois exemplos de avanço do processo de consulta pública, de organização e cidadania que merecem ser exaltados.

Ao final do encontro do GT MANTIQUEIRA do dia 30 de março, a metodologia apresentada pelo Oikos, para o detalhamento da proposta junto às comunidades e proprietários na área afetada pelo perímetro do Parque, foi indicada pelo GT para servir de modelo para os demais municípios.

No que diz respeito ao argumento da falta de participação, o que segue abaixo auxilia na desconstrução deste argumento. As **4 Consultas Públicas** realizadas entre 7 e 10 de dezembro de 2009, todas com a participação de mais de 400 pessoas, foram antecedidas por **5 reuniões regionais**, convocadas e conduzidas pela Coordenação de Criação de Unidades de Conservação do ICMBio/Brasília, Coordenação Regional do ICMBio – CR8, responsável por todas as UCs Federais dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Sul de Minas, além da presença da Chefia da APA Federal da Serra da Mantiqueira. Nos **dias 22 e 23 de outubro** foi apresentada a Proposta de Criação do Parque Nacional Altos da Mantiqueira aos prefeitos e representantes das prefeituras dos 16 municípios envolvidos. Em final de setembro e início de outubro de 2009, foram feitas apresentações para dois importantes colegiados regionais de meio ambiente – ao Conselho Consultivo da APA Federal da Serra da Mantiqueira (em **30 de setembro**) e ao Conselho do Mosaico de Unidades de Conservação da Serra da Mantiqueira (**01 de outubro**), dos quais são membros representantes de ONGs, associações de classe,

Prefeituras, Sindicatos Rurais, além de chefes de UCs regionais. Uma quinta reunião pública, destinada a organizações com atuação regional, foi realizada na cidade de Cruzeiro, SP, em **20 de novembro de 2009**, três semanas antes das consultas públicas, propriamente ditas.

Já em 2010, os mesmos representantes do ICMBio (Brasília, CR8 e APA Mantiqueira), estiveram por 1 semana na região (entre 8 e 12 de fevereiro/ 2010), em reunião com Prefeitos, Secretários Municipais, técnicos e membros de comunidades. Além de terem participado de 2 reuniões com o GT MANTIQUEIRA (acima mencionadas) onde tiveram envolvimento ativo na definição das ações e cronograma deste GT.

Chegamos, portanto, há mais de 140 dias da primeira consulta pública, e até hoje nenhuma prefeitura, nenhuma instituição, nenhuma pessoa ou técnico apresentou uma avaliação formal da proposta do Parque Nacional. Não foi, até o presente momento, mostrada nenhuma análise concreta, de parte das prefeituras, que comprove os impactos negativos a suas economias, às comunidades e aos pequenos proprietários rurais. Até aqui, em todas as oportunidades colocadas para isso, ou seja, as inúmeras reuniões promovidas pelo Poder Público Federal, só ocorreram discursos inflamados e com viés estritamente político, somados a acusações sem provas e tentativas de invalidar o processo, ou de postergá-lo *ad infinitum*. Nenhuma informação trazida pelas prefeituras até o momento, e divulgadas na mídia estão embasadas em fatos, em documentos ou em dados que os comprovem e justifiquem as reações contrárias à proposta. De maneira fantasiosa são divulgados nos telejornais regionais e até nacionais (TV Bandeirantes) e multiplicados em blogs e listas na internet, por exemplo, que supostos 400-500 mil empregos serão afetados na região de influência do futuro parque. Segundo dados oficiais do IBGE, **a população rural dos 15 municípios envolvidos soma ao todo 52 mil pessoas**, incluindo todas as crianças e todos os idosos. Note-se que, a área proposta para o parque abrange o alto das montanhas e suas encostas mais íngremes, áreas de baixa densidade populacional.

Não há dúvidas de que a proposição de um parque nacional na Serra da Mantiqueira é arrojada. Ela tem que ser. De outra forma o parcelamento do solo, a implantação de eucaliptais, condomínios e mineração, dentre outras formas de ocupação, terminarão

por descaracterizar toda a serra, com prejuízos irreversíveis à biodiversidade e aos serviços ambientais.

A Serra da Mantiqueira está muito ameaçada e próxima de uma fragmentação total do seu corredor central, exatamente na porção proposta para a criação do parque. Se isso vier a ocorrer, colocará em colapso a circulação de muitas espécies, causando isolamento de populações e reduzindo as trocas gênicas. A fragmentação do corredor significará ainda um sério comprometimento dos serviços ambientais que a Serra oferece como: manutenção dos recursos hídricos, controle climático, proteção dos solos, polinização, dentre inúmeros outros serviços ambientais imprescindíveis à manutenção da vida e das atividades econômicas do Vale do Paraíba e do Sul de Minas Gerais.

Os parques da BOCAINA e do ITATIAIA, exemplos estes muito usados pelos contrários ao parque Altos da Mantiqueira, não são exemplos válidos para os dias atuais. A história destes dois parques tem sido usada à exaustão para apontar a incompetência do Estado na criação, gestão e regularização das UCs. A criação de ITATIAIA se deu em 1937 e o da BOCAINA em 1971, ambos durante regimes ditatoriais, anteriores, portanto à Constituição de 1988 e à Lei do SNUC (2000). A Lei do SNUC definiu novos critérios para a criação de UCs, dentre eles a garantia da participação pública, que no caso da MANTIQUEIRA já ocorre há mais de 180 dias. Também o processo de regularização fundiária, por muito tempo um grande entrave à implementação e gestão dos parques nacionais, está agora bem definido, através da Instrução Normativa 02/2009, do ICMBio.

Se a Sociedade Brasileira, pessoas e organizações não estão devidamente amadurecidas para os processos participativos, alterar essa realidade é responsabilidade de todas as esferas da sociedade, públicas e privadas.

No caso do processo de criação do Parque Nacional Altos da Mantiqueira, a efetiva participação só ocorrerá quando os proprietários e produtores rurais, envolvidos pela proposta de criação do Parque, tenham acesso à informação correta e garantido seu legítimo direito de intervir e se contrapor à proposta do Governo Federal. Não será

mediante a tentativa de descaracterizar e desqualificar (como está ocorrendo neste momento na região), as legítimas iniciativas de proprietários e comunidades, que estão propondo ao ICMBio novos limites para o parque, que o processo participativo se concretizará.

Cabe à administração pública vincular e direcionar seus atos de modo a garantir que os interesses privados não prevaleçam, nem sucumbam os interesses e necessidades da sociedade como um todo.

Por tudo o que foi dito sabe-se ser legítimo contestar a proposta, pois de fato ela está aí para ser questionada e aperfeiçoada, dentro do Processo de Consultas Públicas previsto pelo ICMBio. Aqueles que se revoltam contra o parque, contra o ICMBio, contra as pessoas e contra as instituições que participam e apóiam o processo estão no seu direito e devem ser respeitados.

Porém, o maior respeito que devemos ter é com a **Verdade** dos fatos e com o direito de todo cidadão à informação correta e, à legítima expressão de sua **Vontade**.

O Instituto Oikos continuará à disposição da Força Tarefa Mantiqueira, do ICMBio e de todas as pessoas e organizações da sociedade, oferecendo seu apoio técnico na busca de aperfeiçoamento do processo de criação do Parque Nacional Altos da Mantiqueira.

Abril / 2010